

CARA E COROA

*** Roberto Rodrigues**

A disputa pelos mercados agrícolas globais é duríssima, e vale tudo para conquistá-los. É luta sem empate: ou se ganha ou se perde. E perder é sinônimo de “morte” na competição, em geral irreversível.

O Brasil vem crescendo de forma espetacular nesta área: basta uma pequena numerologia. No ano 2000 exportamos 21 bilhões de dólares do agro e no ano passado, cerca de 94 bilhões. Um salto espetacular, e já se fala em novo recorde em 2012, próximo dos 100 bilhões!

É claro que boa parte do nosso crescimento acaba deslocando exportadores de outros países que, naturalmente, não ficam nada satisfeitos. E fazem tudo para reverter suas perdas, buscando defeitos em nossos produtos para, com isso, nos eliminar da concorrência.

Nesta encarniçada campanha entram todos os tipos de argumentos: desde as barreiras tarifárias, passando pelas quotas de importação, os picos tarifários (que impedem a entrada de produtos de maior valor agregado), até as barreiras não tarifárias. E é aqui que se abrigam os itens mais complicados, muitas vezes casuísticos, como barreiras sanitárias, ambientais e sociais. Tudo pelo mercado, sejam ou não válidas ou éticas as armas utilizadas.

Por essa razão, é preciso andar direito. Se mesmo fazendo tudo certinho ainda aparece algum “defeito” nos processos de produção, um erro real é razão usada com grande espalhafato para nos tirar do mercado.

Não podemos cometer erros, ainda que pareçam perdoáveis.

Acabamos de viver um destes problemas com a exportação de suco de laranja para os Estados Unidos. Usamos aqui no Brasil o Carbendazim para combater fungos no laranjal, e este produto é proibido para produtos citrícolas naquele país. Amostras analisadas lá revelaram a existência do fungicida no suco daqui, acima de 10 partes por bilhão, o que não é permitido. Com isso, cancelaram as importações, com grandes prejuízos para nós.

Podemos argumentar que a exigência americana é muito alta, visto que na Europa o limite aceito é 200 ppb e a OMS estabelece como seguro o limite de mil partes por bilhão. Podemos argumentar também, e com razão - que o suco é diluído para ir ao consumo: ninguém toma suco concentrado, de modo que o produto diluído não oferece nenhum risco à saúde. Ainda podemos dizer que faltam fungicidas alternativos em nosso mercado. Podemos usar muitos argumentos, todos válidos, mas a verdade é que aplicamos um produto proibido nos Estados Unidos, e ponto final.

Por outro lado, há erros muito piores cometidos por organizações governamentais, e que são um tiro no pé do setor rural. Há pouco mais de um mês a ANVISA - Agência Nacional da Vigilância Sanitária - divulgou os resultados de um estudo sobre contaminação de alimentos por “agrotóxicos” e

suas conclusões assustaram: 28% dos alimentos avaliados foram considerados insatisfatórios; o pimentão, por exemplo, tinha 91,8% das amostras contaminadas, seguido pelo morango, pepino, alface e cenoura. Em 2488 amostras, 694 foram consideradas irregulares, para consumo humano.

Na verdade, estudos mais detalhados mostraram que apenas 3,6% - ou 89 amostras - estavam realmente com teores de resíduos acima do limite máximo. Mesmo assim, segundo o respeitado Professor Angelo Trapé, da UNICAMP, “quando houve excesso, ele era irrisório - não há motivo para preocupação em termos de saúde pública”.

Em outras palavras, criou-se uma imagem negativa de alguns produtos para os consumidores, sem necessidade: nós mesmos nos condenamos, sem razão aparente.

Aliás, “agrotóxico” já é uma palavra que carrega uma simbologia negativa: o certo é usar a expressão que o mundo inteiro usa: defensivo agrícola.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**